

INFORME SOCIOECONÔMICO

007



PLANEJAMENTO
Secretaria de Estado
do Planejamento / SEPLAN



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA NO PIAUÍ

Este informe tem como foco a análise das informações relacionadas às desigualdades de rendimentos e à pobreza monetária no Estado do Piauí.

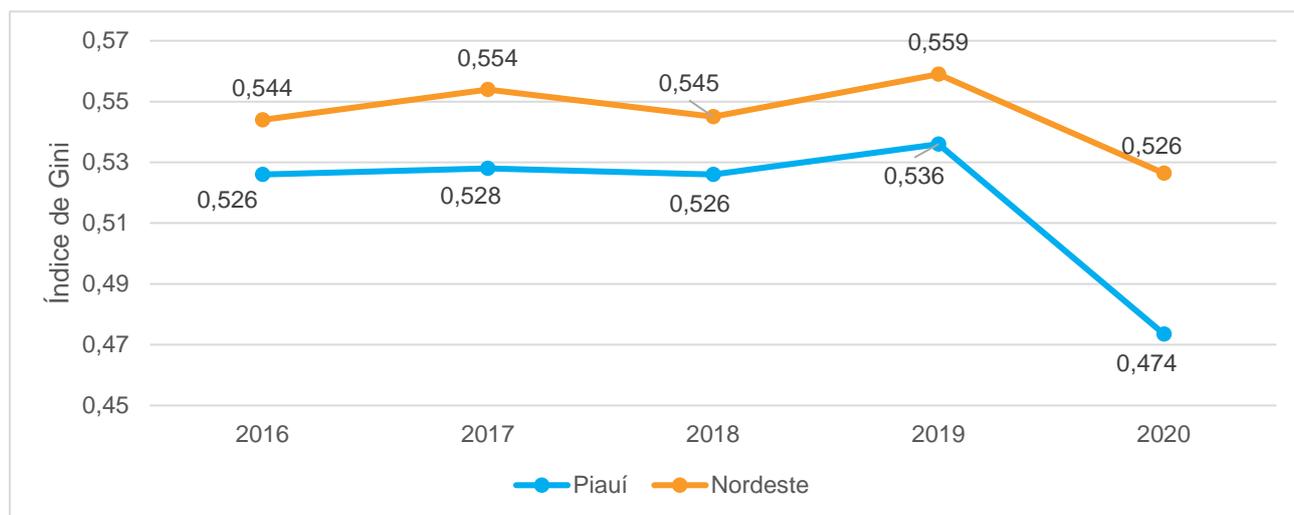
As análises foram elaboradas a partir da publicação da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentando um importante retrato da estrutura social do Brasil e suas Unidades da Federação, a partir dos indicadores socioeconômicos atualizados e organizados em cinco eixos fundamentais e complementares: estrutura econômica e mercado de trabalho; padrão de vida e distribuição de renda; educação; habitação e saúde.



O nível de desigualdade do Piauí é menor que a média regional

O Índice de Gini mensura o grau de desigualdade na distribuição de renda, podendo variar de 0 (zero) a 1 (um), sendo que quanto mais próximo de 0 (zero) menores os níveis de desigualdade e quanto maior a proximidade do 1 (um), maior a concentração de renda em determinado grupo. O Piauí, conforme o Gráfico 1, registrou, no período em referência, índices inferiores à média regional, demonstrando menores patamares de concentração de riqueza em um grupo específico. Importante frisar que no ano de 2020, a distribuição de renda no Piauí alcançou expressiva diminuição, com 0,474, enquanto a da região Nordeste foi de 0,526 e a do Brasil, 0,524.

Gráfico 1 - Índice de Gini da renda domiciliar per capita – Piauí e Nordeste – 2016 a 2020



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais/IBGE (2021). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2021).

Queda na proporção de piauienses com menores faixas de rendimento domiciliar per capita

O rendimento mensal domiciliar per capita é calculado pela razão entre a soma dos rendimentos mensais de todos os moradores (todas as fontes de renda) pelo número total de indivíduos que residem neste domicílio.



No que se refere à distribuição percentual das pessoas com rendimento domiciliar per capita, observa-se que em 2019, cerca de 24,90% dos piauienses tinham a renda domiciliar per capita inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo e, em 2020, o percentual caiu para 17,10%.

Ademais, nota-se que no Piauí, a maior concentração está no grupo que percebe valores entre $\frac{1}{4}$ a 1 salário mínimo, tendo sido identificado crescimento constante em todo o período analisado. Importante frisar, também, a redução no percentual de pessoas que percebem rendimentos superiores a 3 salários, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição percentual das pessoas por rendimento domiciliar per capita – Piauí

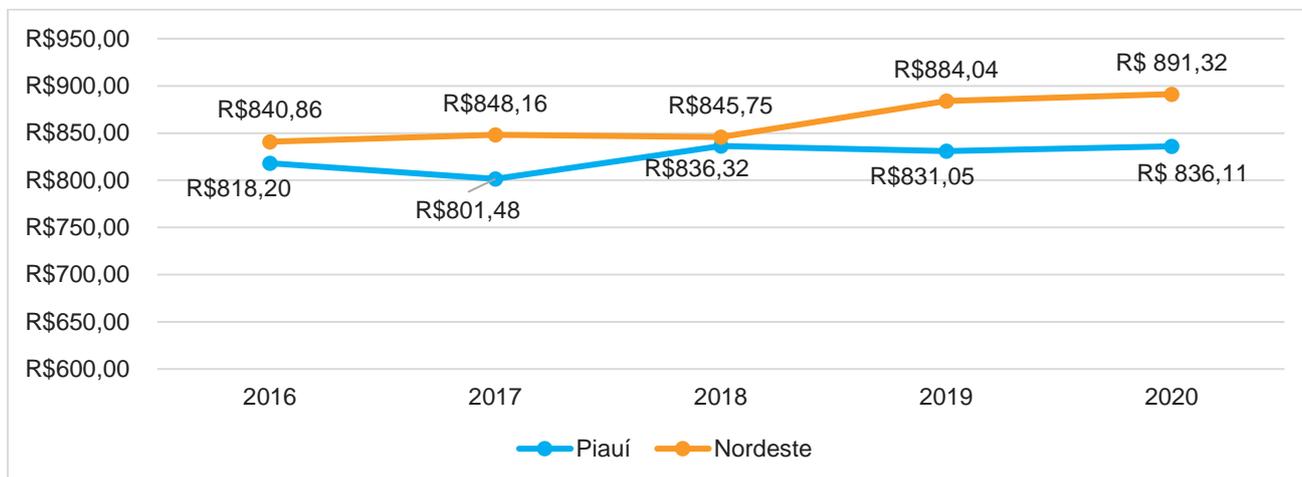
Rendimentos	2016	2017	2018	2019	2020
Sem rendimento	0,5%	0,6%	0,4%	0,7%	0,7%
Mais de zero até $\frac{1}{4}$	24,7%	25,4%	25,4%	24,2%	16,4%
Mais de $\frac{1}{4}$ até $\frac{1}{2}$	27,2%	26,2%	25,3%	26,6%	27,0%
Mais de $\frac{1}{2}$ até 1	27,6%	27,6%	27,1%	28,9%	32,3%
Mais de 1 a 2	14,1%	13,7%	14,4%	12,7%	17,9%
Mais de 2 a 3	2,4%	3,4%	3,8%	3,1%	2,8%
Mais de 3 a 5	2,1%	2,0%	2,5%	2,2%	1,7%
Mais de 5	1,4%	1,1%	1,1%	1,6%	1,2%

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais/IBGE (2021). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2021).

O Gráfico 2 aponta crescimento dos rendimentos no Piauí e Nordeste. Em 2020, em média, o rendimento domiciliar per capita atingiu R\$ 836,11, superior ao de 2019, de R\$ 831,05. O crescimento também foi observado na média regional, apesar da crise originada pela pandemia da COVID-19.



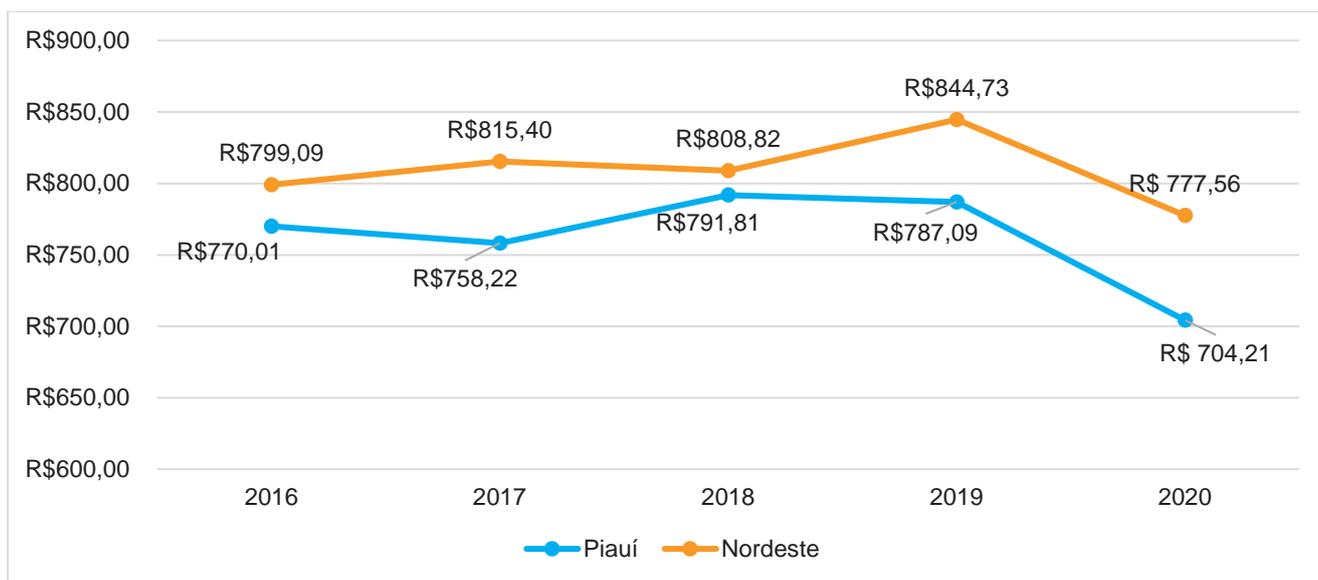
Gráfico 2 - Rendimento domiciliar per capita médio – Piauí e Nordeste – 2016 a 2020



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais/IBGE (2021). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2021).

Considerando o rendimento domiciliar per capita médio da população, sem a participação das transferências de renda, foi possível observar uma variação para menos nos valores percebidos, no Piauí e Nordeste. Quando comparados os anos de 2019 e 2020, os dados expostos no Gráfico 3 apontam para uma redução na renda, em todas as esferas.

Gráfico 3 - Rendimento domiciliar per capita médio sem contar com os benefícios de programas sociais governamentais – Piauí e Nordeste – 2016 a 2020



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais/IBGE (2021). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2021).

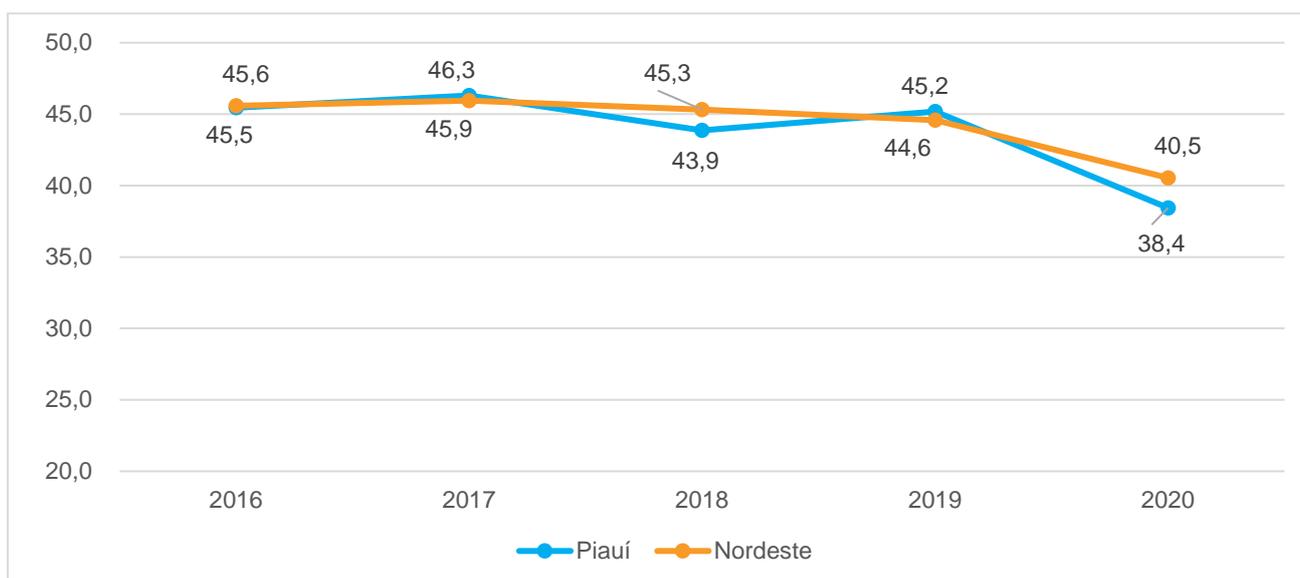


Em 2020 a proporção de piauienses que vivem na linha da pobreza diminuiu

Existem inúmeros parâmetros para a definição de pessoas em situação de pobreza, dentre eles está o adotado pelo Banco Mundial (World Bank) que utiliza três linhas a depender do nível de renda dos países. Para países de renda baixa, o valor atualmente está fixado em US\$ 1,90, por dia, em termos de Poder de Paridade de Compra (PPC) a preços internacionais de 2011; os de renda média-baixa, no valor de US\$ 3,20, por dia, e os de renda média-alta com US\$ 5,50, por dia, grupo ao qual o Brasil está inserido.

O Gráfico 4 aponta que 38,4% dos piauienses viviam abaixo da linha de pobreza em 2020. A proporção foi inferior se comparada ao Nordeste (40,5%).

Gráfico 4 - Proporção de pessoas que vivem na linha de pobreza no valor de US\$ 5,50 por dia em PPC (%) – Piauí e Nordeste – 2016 a 2020



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais/IBGE (2021). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2021).
 Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano. Excluídas pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.

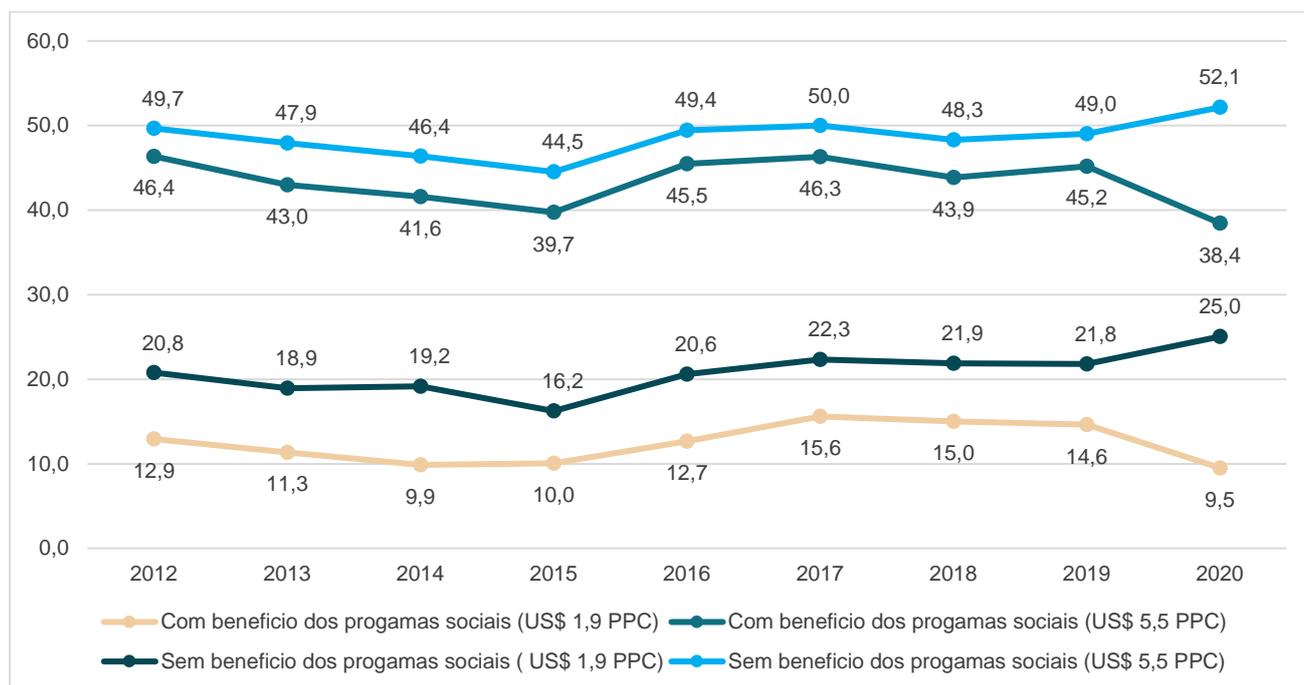
No ano de 2020, o Piauí atingiu sua menor proporção de pessoas na linha de pobreza, considerando o recorte financeiro de US\$ 5,50 por dia, em (PPC). Tais resultados podem estar diretamente relacionados à ampliação dos programas de transferência de renda,



decorrentes da pandemia de COVID-19, visando atenuar seus efeitos e reduzir a situação de vulnerabilidade socioeconômica das famílias.

De acordo com o IBGE (2021), o Gráfico 5 demonstra o percentual de pessoas que se encontram em situação de pobreza (menos de US\$ 5,5 PPC 2011) e extrema pobreza (menos de US\$ 1,9 PPC 2011), em um contexto com e sem as transferências governamentais à população, tais como o Auxílio Emergencial (AE), o Programa Bolsa Família (PBF), o Benefício de Prestação Continuada (BPC). É possível observar que o incremento de tais programas reforça o impacto positivo no enfrentamento e gestão da crise sanitária, bem como, na redução da pobreza.

Gráfico 5 - Proporção de pessoas por classes de rendimento domiciliar per capita com e sem os benefícios de programas sociais governamentais (%) – Piauí – 2012 a 2020



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais/IBGE (2021). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2021).

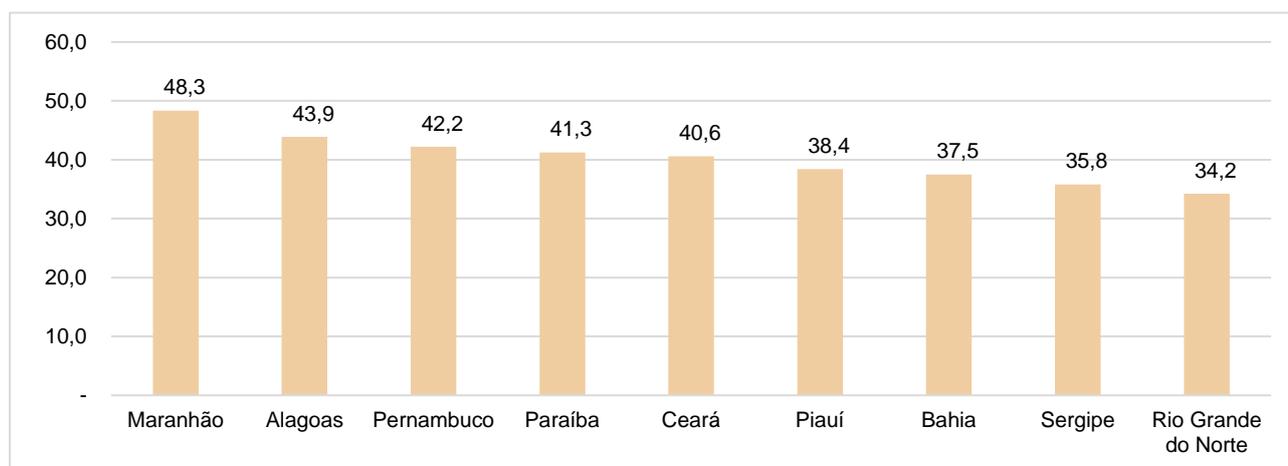
Notas:

1. PPC = Paridade do poder de compra. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.
2. Benefícios de programas sociais incluem: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada -BPC, Auxílio Emergencial e outros programas sociais governamentais.
3. Exercício simulado com rendimento domiciliar per capita sem a presença de benefícios de programas sociais



Ao comparar os estados da região Nordeste, o Piauí, em 2020, ocupou a quarta menor proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza, ficando atrás do Rio Grande do Norte com 34,2%, Sergipe, 35,8% e Bahia, 37,5% (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Proporção de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza no valor de US\$ 5,50 por dia – Estados da Região Nordeste – 2020



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais/IBGE (2021). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2021).
 Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano. Excluídas pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.

Em síntese, pode-se afirmar que mesmo em um contexto de pandemia, o Piauí, no ano de 2020, alcançou significativa redução do índice de Gini, indicando menores patamares de concentrações de renda. E, para além disso, foi observado a grande importância dos programas de transferência de renda para a redução da situação de vulnerabilidade social, uma vez que o Estado registrou a menor proporção de pessoas na linha de pobreza, dos últimos oito anos.

A atuação do governo nesse cenário

No que se refere às políticas adotadas pelo governo estadual, foram implementadas ações voltadas para redução da insegurança alimentar e incremento monetário para minorar as



desigualdades socioeconômicas e a extrema pobreza das famílias. Nesse sentido, o governo do Piauí disponibilizou R\$ 4 milhões em recursos do Tesouro Estadual e do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) para aquisição e distribuição de alimentos às famílias em situação de vulnerabilidade social. Para além disso, foi criado o Programa de Alimentação Saudável (PAS), como ação de enfrentamento à pandemia, cujo objetivo foi promover o acesso à alimentação e incentivar a produção da agricultura familiar, possibilitando o credenciamento de organizações sociais sem fins lucrativos e corporativas para fornecerem gêneros alimentícios. O referido Programa está sendo implementado pela Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN) e o EMATER e integra o conjunto de ações do Pro Piauí/Pro Social.

Em 2020, cerca de R\$ 1,5 milhão foi investido na compra de alimentos da agricultura familiar, onde aproximadamente 20 mil famílias foram beneficiadas. Nesse mesmo ano, o Banco de Alimentos da Nova Ceasa, resultado da parceria público-privado entre Governo do Estado e a Concessionária Brazil Fruit, distribuiu 250 mil kg de frutas, verduras, legumes e cereais para famílias em situação de extrema pobreza. Outra iniciativa foi o incremento de um benefício, denominado de Cartão Sasc Emergencial, no valor de 200,00, pago em forma de crédito no cartão financeiro, visando atender 5 mil famílias, que não recebem auxílio de outros programas sociais. Tais ações demonstram o compromisso do Estado em minimizar os efeitos da pobreza monetária, especialmente, aqueles decorrentes da pandemia, refletindo, assim, na melhoria da distribuição de renda e, conseqüentemente, na redução dos níveis de vulnerabilidade socioeconômica no Piauí, no ano de 2020.

Para maiores informações acerca da Síntese dos Indicadores Sociais, acessar:

<https://ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=sobre>

Para maiores informações acerca do cartão SASC Emergencial, acessar:

<http://www.sasc.pi.gov.br/index.php>